

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Formulário de Documento) de acordo com a orientação da seguinte forma.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços em branco utilizados ou não durante o processo de avaliação – que não sejam emendas e o caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe

INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Kátia Lima

Julgue os itens abaixo sobre ética no serviço público, tendo como base os Decretos n. 1.171/1994 e 6.029/2007.

- 1 Deixar usuário dos serviços públicos à espera de atendimento e permitir que longas filas se formem pode ser considerado desvio ético, o que pode levar à penalidade de censura pela Comissão de Ética do Órgão.
- 2 **Situação hipotética:** Fernando, Assistente Social do INSS, presenciou o Médico Perito tratar mal, de forma reiterada, os usuários de menor poder aquisitivo que procuravam atendimento. **Assertiva:** devido à natureza multidisciplinar do trabalho no INSS, é suficiente que Fernando chame atenção do Médico em particular, não havendo necessidade, do ponto de vista ético, de denunciar o profissional.
- 3 É defeso ao servidor do INSS desviar outro servidor da sua função para atender a interesse particular, mesmo em situações excepcionais e legais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

Julgue os itens em relação ao entendimento do STF.

- 4 Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.
- 5 Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

Julgue os itens em relação aos direitos individuais.

- 6 É a todos assegurado, mediante o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

- 7 São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

Julgue o item em relação aos direitos políticos.

- 8 O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Julgue os itens em relação à Administração Pública.

- 9 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 10 Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Raphael Spyere

A respeito da Administração Pública brasileira e do regime jurídico administrativo ao qual se acha submetida, julgue as assertivas a seguir.

- 11 O Ministério da Economia, unidade de atuação integrante da Administração Direta Federal, é considerado uma entidade.
- 12 Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, de modo que somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos estes como os relacionados ao funcionamento, à autonomia e à independência do órgão.

13 A denominada descentralização por serviços, por meio da qual o Poder Público cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado, atribuindo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público, está sujeita ao princípio da reserva legal.

14 A correlação entre os meios e fins, de modo a se evitar medidas excessivas, além das necessárias para a consecução dos resultados pretendidos de interesse público, refere-se ao princípio da proporcionalidade.

Julgue os itens subsecutivos a respeito das regras sobre responsabilidade civil extracontratual estatal.

15 A Constituição Federal define, em seu artigo 37, § 6º, o instituto da responsabilidade extracontratual objetiva às pessoas jurídicas de direito público interno e, com relação às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade subjetiva, facultando, em ambos os casos, ação de regresso em face do funcionário responsável pela ocorrência.

16 A demanda regressiva da Administração Pública contra o agente público causador de danos a terceiro não se extingue no caso de falecimento desse, transmitindo-se a responsabilidade civil aos seus herdeiros, no limite da herança.

17 No que concerne aos princípios aplicáveis aos processos administrativos federais, é correto afirmar que a instauração deles pode ocorrer de ofício, em atendimento ao princípio da oficialidade, ou a pedido do interessado, que, no entanto, no que diz respeito à instrução, está impedido de provar os fatos que alega, em respeito ao princípio do impulso oficial.

LÍNGUA PORTUGUESA

Vânia Araújo

1 A Covid-19 mudou nossas vidas. Não estou falando aqui simplesmente da alteração da rotina nesses dias de isolamento, em que não podemos mais fazer caminhadas no Minhocão ou ir aos nossos bares e restaurantes preferidos. Sim, tudo isso mudou nosso cotidiano – e muito. Mas o meu convite para você é para pensarmos nas mudanças mais profundas, naquelas transformações que devem moldar a realidade à nossa volta e, claro, as nossas vidas depois que o novo coronavírus baixar a bola. Por isso talvez seja melhor mudar o tempo verbal da frase que abre este texto e dizer que o coronavírus vai mudar as nossas vidas. Mas como? Que cenários prováveis já começam a emergir e devem se impor no mundo pós-pandemia?

15 Entender que mundo novo é esse é importante para nos prepararmos para o que vem por aí. Porque uma coisa é certa: o mundo não será como antes, conforme nos alertou o

20 biólogo Átila Iamarino. “O mundo mudou, e aquele mundo (de antes do coronavírus) não existe mais. A nossa vida vai mudar muito daqui para a frente, e alguém que tenta manter o *status quo* de 2019 é alguém que ainda não aceitou essa nova realidade”, disse nesta entrevista para a BBC Brasil, Átila, que é doutor em microbiologia pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pela Universidade Yale. “Mudanças que o mundo levaria décadas para passar, que a gente levaria muito tempo para implementar voluntariamente, a gente está tendo que implementar no susto, em questão de meses”, diz ele.

25 Ainda nessa linha, havia uma visão entre especialistas de que faltava um símbolo para o fim do século 20, uma época altamente marcada pela tecnologia. E esse marco é a pandemia do coronavírus, segundo a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, professora da Universidade de São Paulo e de Princeton, nos EUA, em entrevista ao *Universa*. [O historiador britânico Eric] Hobsbawm disse que o longo século 19 só terminou depois da Primeira Guerra Mundial [1914-1918]. Nós usamos o marcador de tempo: virou o século, tudo mudou. Mas não funciona assim, a experiência humana é que constrói o tempo. Ele tem razão, o longo século 19 terminou com a Primeira Guerra, com mortes, com a experiência do luto, mas também o que significou sobre a capacidade destrutiva. Acho que essa nossa pandemia marca o final do século 20, que foi o século da tecnologia. Nós tivemos um grande desenvolvimento tecnológico, mas agora a pandemia mostra esses limites”, diz Lilia.

40 Vários futuristas internacionais dizem que o coronavírus funciona como um acelerador de futuros. A pandemia antecipa mudanças que já estavam em curso, como o trabalho remoto, a educação a distância, a busca por sustentabilidade e a cobrança, por parte da sociedade, para que as empresas sejam mais responsáveis do ponto de vista social.

45 Outras mudanças estavam mais embrionárias e talvez não fossem tão perceptíveis ainda, mas agora ganham novo sentido diante da revisão de valores provocada por uma crise sanitária sem precedentes para a nossa geração. Como exemplos, podemos citar o fortalecimento de valores como solidariedade e empatia, assim como o questionamento do modelo de sociedade baseado no consumismo e no lucro a qualquer custo. O ponto de partida é ter consciência de que os efeitos da pandemia devem durar quase dois anos, pois a Organização Mundial de Saúde calcula que sejam necessários pelo menos 18 meses para haver uma vacina contra o novo. Isso significa que os países devem alternar períodos de abertura e isolamento durante esse período.

55 *Extraído de <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-13/como-o-coronavirus-vai-mudar-nossas-vidas-dez-tendencias-para-o-mundo-pos-pandemia.html>. 13 abr. 2020 (com adaptações).*

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 18 Ao propor a mudança do verbo “mudou” (l. 1) para “vai mudar” (l. 11), o autor quer destacar que a Covid-19 ainda não causou mudanças significativas na vida da sociedade.
- 19 A reescrita do trecho “depois que o novo coronavírus baixar a bola.” (l. 8-9) como “depois que o novo coronavírus deixar de oferecer perigo.”, além de manter o sentido do texto, ainda confere a ele mais formalidade.
- 20 Na linha 20, o latinismo *status quo* poderia ser substituído por “estado anterior” sem prejuízo para os sentidos do trecho onde essa expressão se insere.
- 21 Segundo a historiadora Lilia Schwarcz, a pandemia desvela os limites do desenvolvimento tecnológico.
- 22 O pronome “que” em “que a gente levaria muito tempo para implementar voluntariamente” (l. 24-25) retoma o termo “Mudanças” (l. 23).
- 23 De acordo com as informações do texto, uma das mudanças antecipadas pela pandemia foi a cobrança pela responsabilidade social das empresas por parte da própria sociedade.
- 24 O pronome “ele” (l. 37) remete, por mecanismo de coesão textual, à expressão “o longo século 19” (l. 37-38).
- 25 O texto apresenta o trecho “Vários futuristas internacionais dizem que o coronavírus funciona como um acelerador de futuros.” (l. 44-45) como possível argumento para a defesa da ideia de que as mudanças ocasionadas ao mundo pela Covid-19 “devem moldar a realidade à nossa volta e, claro, as nossas vidas” (l. 7-8).
- 26 O autor empregou o termo “embrionárias” (l. 50) em referência às mudanças que “ainda não estavam em andamento”, não haviam tomado forma.
- 27 No texto, de tipologia predominantemente dissertativa, o autor utiliza uma linguagem muito formal.

- 28 No primeiro quadrinho, o emprego da forma prepositiva “pra” é inadequado, dado o grau de formalidade do texto.
- 29 É possível depreender das informações do texto que Calvin obteve sucesso em sua empreitada, apesar de ter utilizado uma estratégia errada.
- 30 Mantêm-se a correção gramatical e as relações de sentido do texto com a substituição do vocábulo “Assim”, no terceiro quadrinho, pelo conector “Porquanto”.
- 31 Na fala de Haroldo (último quadrinho), a supressão da expressão “Quer dizer que...”, com a devida alteração nas letras, preservaria a correção gramatical, mas reduziria a ênfase dada ao questionamento.
- 32 A fala de Calvin, no último quadrinho, evidencia a presença de um recurso estilístico que consiste na suavização de uma ideia.

REDAÇÃO OFICIAL

Lucas Lemos

Julgue os seguintes itens de acordo com a 3ª edição do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

- 33 Os ofícios que contenham mais de uma página não poderão ser impressos em ambas as faces das folhas de papel, mas seus eventuais anexos, sim.
- 34 Impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso da linguagem formal são princípios que se aplicam às comunicações oficiais, pois elas sempre devem permitir uma única interpretação.
- 35 O chefe de determinada seção administrativa pode expor sua convicção a respeito de uma demanda em um documento oficial, desde que utilize a linguagem impessoal e se comunique em nome do serviço público.
- 36 No padrão ofício, o início de cada parágrafo do texto deve ter exatamente 3,5 cm de distância da margem esquerda.
- 37 De acordo com o MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão estrutural mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades.



Em relação ao texto apresentado acima, que mostra um diálogo entre Calvin e seu tigrinho Haroldo, julgue os itens seguintes.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Marcelo Leite

- 38** O número de linhas na tabela-verdade da sentença “Paulo é Técnico do INSS, e Lúcia é paulista” é superior a três.
- 39** Caso a proposição “Ana será aprovada no certame do INSS” seja verdadeira, então a proposição “Se Ana estudar o bastante para a prova, então ela será aprovada no certame do INSS” será obrigatoriamente verdadeira.
- 40** A negativa da expressão “Nem Lúcio é baiano, nem Paulo é goiano” é equivalente a “Lúcio é baiano ou Paulo é goiano”.
- 41** Considere que os conjuntos A e B são disjuntos, que $n(A)$ representa a quantidade de elementos do conjunto A e que $n(A) = 14$ e $n(B) = 10$; assim a $n(A \cup B)$ é superior a 25.
- 42** Sabe-se que a quantidade de pessoas atendidas na agência do INSS localizada em Arcoverde-PE, no mês de dezembro de 2020, foi igual a 936, de modo que esse valor representa aumento de 17% em relação à quantidade de pessoas atendidas em novembro de 2020. Então, em novembro de 2020, foram atendidas mais de 790 pessoas nessa agência do INSS.

INFORMÁTICA

Fabício Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo.

- 43** No Windows 10, em sua área de transferência, ao dar um clique simples com o botão direito do mouse sobre o arquivo fotopreferida.jpg, surgirá um menu de opções, dentre elas, a opção de imprimir o arquivo.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item.

- 44** No Internet Explorer, o bloqueio de pop-ups é realizado através da ferramenta navegação InPrivate.

Sobre conhecimentos relacionados a Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45** A política de mesa limpa e tela limpa é relacionada a práticas para assegurar que informações sensíveis, tanto em formato digital quanto físico, e ativos (celulares, notebooks, tablets etc.) não sejam deixados desprotegidos em espaços de trabalho pessoais ou públicos quando não estiverem em uso, ou quando alguém deixar sua área de trabalho, seja por um curto período ou ao final do dia.

Sobre conhecimentos relacionados ao LibreOffice 6.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue os próximos itens.

- 46** No LibreOffice Calc, em uma planilha qualquer, ao digitar na célula A1 o valor 1 e pressionar ENTER e, em seguida, selecionar a célula A1 e, através da sua alça de preenchimento, clicar e arrastar até a célula A5, o valor apresentado em A3 será 3.
- 47** Ao abrir o LibreOffice Impress, é possível assinar digitalmente uma apresentação, através do recurso Assinaturas digitais, encontrado no menu Arquivo, Assinaturas digitais.

REGIMENTO JURÍDICO ÚNICO

Leandro Pereira

Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue os próximos itens.

- 48** É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- 49** Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento.
- 50** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SEGURIDADE SOCIAL (DIREITO PREVIDENCIÁRIO)**

Carlos Machado

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

- 51** As fontes formais do Direito Previdenciário incluem a CF e as Leis n. 8.212/1991 e 8.213/1991.

Em relação à origem e à evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil, julgue o item a seguir.

- 52** O Decreto Legislativo n. 4.682/1923, também conhecido como Lei Eloy Chaves, é considerado um marco do Direito Previdenciário brasileiro devido ao fato de, por meio dele, ter sido criado o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

No que se refere à Seguridade Social no Brasil, julgue o item seguinte.

- 53** A CF define Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- 54** Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social, com base nos seguintes objetivos, entre outros: seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação no custeio.
- 55** Nos termos da legislação pátria, a idade mínima para a filiação dos segurados da Previdência Social Brasileira será de 16 anos de idade, salvo para atividades insalubres, perigosas ou noturnas, cuja idade mínima é de 18 anos.

Com base no Decreto n. 3.048/1999, que aprovou o Regulamento da Previdência Social, julgue o item subsequente.

- 56** Aquele que presta serviço de natureza contínua, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, é considerado contribuinte individual, segurado obrigatório da Previdência Social.

Acerca do RGPS, julgue o item subsequente.

- 57** Aragon McDonald, norte-americano, residente no Brasil, foi contratado, no Brasil, pela empresa brasileira Oxi, para trabalhar em sua filial no Canadá por prazo indeterminado. A maior parte do capital votante dessa filial canadense é da empresa Oxente, constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Para cumprir a legislação brasileira, Aragon deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado empregado.
- 58** Bartolomeu, Ministro de Estado, e Jonas, Secretário de Estado, ambos sem vínculo efetivo com União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações, são considerados, em relação à Previdência Social, servidores públicos empregados e segurados obrigatórios da Previdência Social.

Sobre o tema inscrição e filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n. 3.048/1999, julgue.

- 59** A filiação do segurado obrigatório ao RGPS decorre automaticamente do exercício da atividade remunerada, que se efetivará com a subsequente inscrição, independentemente da 1ª contribuição para o segurado facultativo.
- 60** Caso o servidor público ocupante de cargo efetivo (vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS) ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tornar-se-ão segurados obrigatórios também em relação a essas atividades.
- 61** A respeito dos segurados facultativos da Previdência Social, é correto afirmar que o síndico de condomínio remunerado apenas pela isenção da taxa de condomínio pode ser segurado facultativo.

Referente ao salário de contribuição, julgue os itens a seguir.

- 62** Tereza mantém vínculo empregatício com a empresa A e com a empresa B, das quais recebe remuneração mensal na casa de três e quatro salários mínimos, respectivamente. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Tereza deverá incidir sobre os valores recebidos de ambos os empregos.

63 Sobre o sistema de custeio e financiamento da Seguridade Social no Brasil, a contribuição social para o importador e exportador de bens ou serviços do exterior é uma das importantes fontes de arrecadação e custeio da Previdência Social brasileira. Dito isso, podemos afirmar que o financiamento direto se dá por meio de contribuições, e o indireto, mediante receitas orçamentárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

64 Carlos é empregado doméstico na casa de Maria, segurada empregada de uma empresa. Como empregadora doméstica, Maria deve realizar o recolhimento da contribuição patronal de 8% sobre o valor registrado na carteira de trabalho de Carlos, para a Seguridade Social, bem como 0,8% de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho.

65 Compõem o salário de contribuição do empregado vinculado ao RGPS as parcelas remuneratórias decorrentes do seu trabalho, ressalvada a gratificação natalina (13º salário), conforme o STF.

Com relação a cálculo e reajuste da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue.

66 De acordo com a legislação previdenciária, o salário de benefício consiste no valor básico utilizado para cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada do RGPS. Assim, o cálculo desse valor para a aposentadoria por tempo de contribuição consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

67 A arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devem ser feitos com a cooperação dos entes e pessoas envolvidos com o fato gerador da contribuição social. A respeito dessa cooperação imposta pela lei, é correto afirmar, nos termos da legislação de custeio previdenciário em vigor, que a empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.

68 Nos termos da legislação previdenciária em vigor, constituem obrigações da empresa o recolhimento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais.

69 Claiton, com 16 anos de idade, não emancipado, vive às expensas de seu irmão mais velho, Rodrigo, que é segurado da Previdência Social. Nessa situação, Claiton é considerado beneficiário do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependente de Rodrigo.

70 Juliana aposentou-se pelo RGPS e voltou a exercer atividade assalariada segurada pelo RGPS. Em seguida, foi acometida de doença comum que a incapacitou para a atividade laboral, afastou-se por 120 dias consecutivos das suas atividades e, ao término dessa licença, engravidou. Considerando não haver direito adquirido e a legislação previdenciária, Juliana não poderá acumular os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria, mas poderá acumular aposentadoria com salário-maternidade.

Sônia financiou duas geladeiras para seu restaurante. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas, e o seu faturamento não conseguiu arcar com todas as despesas. Para tentar resolver o problema, Sônia deixou de repassar à Previdência Social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do restaurante, no prazo e na forma prevista em Lei, tendo praticado crime contra Seguridade Social.

Com referência nas disposições a respeito dos crimes contra a Seguridade Social, julgue.

71 A conduta de Sônia configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.

Referente a contribuições sociais dos segurados, a decadência e prescrição relativamente a benefícios previdenciários, julgue.

72 Maurílio obteve aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS em junho de 2015. Entretanto, o INSS não efetuou o pagamento do abono anual proporcional do ano de 2015 nem o do ano de 2016. Nessa situação, atualmente, Maurílio não mais tem direito a exigir o pagamento dos abonos anuais referentes aos anos de 2015 e 2016, visto que está prescrito o direito ao recebimento das referidas prestações.

73 Quanto à diversidade da base de financiamento da Seguridade Social, é incorreto afirmar que o importador de bens ou serviços está excluído do custeio da Seguridade Social em razão da inexistência de risco social a ser coberto na atividade que lhe é peculiar, além de não haver base de cálculo contemplada no art. 195, incisos I a IV, da Constituição Federal.

Acerca do regime geral e dos regimes especiais de Previdência Social, julgue.

74 É competência privativa da União legislar sobre Previdência Social, sendo, portanto, vedado aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre essa matéria.

Tendo como referência a doutrina e a jurisprudência a respeito da organização e dos princípios do sistema de Seguridade Social brasileiro, julgue o item a seguir.

75 O princípio do direito adquirido não se aplica à seara previdenciária, pois, conforme o entendimento do STF, inexistente direito adquirido a regime jurídico.

76 Para efeito de aposentadoria especial, como a de trabalhos em mineração subterrânea, em frentes de produção com exposição à associação de agentes físicos, químicos ou biológicos, a comprovação de exposição aos agentes nocivos será feita por formulário denominado Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), elaborado pela empresa com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e assinado pelo representante legal da empresa ou seu preposto, indicando o nome do médico do trabalho e do engenheiro de segurança do trabalho responsáveis pela elaboração do laudo.

77 São benefícios que poderão ser prestados a todas as categorias de segurados do RGPS a aposentadoria por invalidez, a aposentadoria por idade e tempo de contribuição, o auxílio-doença e o salário-maternidade.

A respeito da renda mensal dos benefícios (RMI) do RGPS, julgue.

78 No cálculo do valor da renda mensal do benefício, com exceção do decorrente de acidente do trabalho, serão computados, para o segurado empregado e empregado doméstico, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pelo empregador, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

79 A partir da publicação da EC n. 103/2019, da Reforma da Previdência, a utilização do fator previdenciário passou a ser universalizada nas ações de concessão das aposentadorias, com exceção dos casos de aposentadorias por idade e por tempo de contribuição.

No item a seguir, apresenta-se uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de benefício previdenciário e contribuição para o RGPS e Regime Próprio de Previdência Social.

80 Situação hipotética: Flávia contribuiu para o RGPS por 30 anos, tendo variação da sua renda mensal no período contributivo. Cumpridos os requisitos legais, Flávia requereu o benefício de aposentadoria. **Assertiva:** nessa situação, o valor do salário de benefício de Flávia consistirá na média aritmética das últimas 36 contribuições feitas para o RGPS.

A respeito da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue a assertiva a seguir.

81 É devido abono anual ao segurado que, durante o ano, tenha recebido auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário-família, devendo o abono ser calculado pela média dos proventos pagos durante o ano ao segurado.

Referente a cálculo e reajuste da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue.

82 A norma constitucional estabelece que os benefícios do RGPS devem ser reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real. Em consonância com essa norma, o legislador ordinário estabeleceu que esses benefícios devem ser reajustados anualmente utilizando-se o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

Os benefícios concedidos pelo RGPS, segundo a CF, devem ser reajustados como forma de preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. A respeito do valor dos benefícios do RGPS, julgue o item.

83 Na data do reajustamento, o valor dos benefícios do RGPS não poderá exceder o limite máximo do salário de benefício, respeitados os direitos adquiridos, salvo no caso da aposentadoria por invalidez, quando o segurado necessitar da assistência permanente de outra pessoa, situação em que o valor será acrescido de 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo.

84 De acordo com as novas regras que regem o Regime Geral de Previdência Social, após a Reforma, pode-se afirmar que, no momento do cálculo do valor da aposentadoria, todos os salários-de-contribuição do segurado a partir de julho de 1994 serão computados no cálculo; afirma-se também que, para um segurado do sexo masculino receber o valor integral do benefício, ele deverá contribuir por 40 anos.

A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário de benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue.

- 85** O benefício do RGPS auxílio-doença tem seu respectivo percentual de 50% do salário de benefício correspondente à RMI desse benefício.
- 86** De acordo com os artigos 248 e 37, XI, da CF/1988, nenhum benefício poderá exceder o valor do subsídio mensal dos ministros do STF, exceto o salário-maternidade, para seguradas empregadas.
- 87** Apolinário, empregado de pessoa jurídica, ficou enfermo e incapacitado para o trabalho por mais de 15 dias, passando a perceber, a partir do 16º dia, o seu auxílio-doença. Após dois meses, a perícia do INSS constatou que Apolinário já estava apto a voltar às suas atividades e determinou a cessação de seu benefício. Um mês após a cessação do referido benefício, Apolinário, acometido pela mesma doença, ficou novamente impossibilitado para o trabalho. Diante dos fatos, a pessoa jurídica fica desobrigada ao pagamento relativo aos 15 primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior.
- 88 Situação hipotética:** Virginiano, segurado da Previdência Social, faleceu havendo apenas uma dependente: sua esposa Ariana. Josevaldo, também segurado da Previdência Social, faleceu, deixando como dependente apenas seu marido, Victor. **Assertiva:** Ariana requereu o benefício previdenciário da pensão por morte no 16º dia após o óbito de Virginiano, e Victor o requereu no 98º dia após o óbito de Josevaldo. Nesses casos, a pensão por morte será devida a contar da data do óbito e da data do requerimento, respectivamente.
- 89** O salário de benefício das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social é obtido pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado.
- Fúlvio, com 65 anos de idade e 35 anos de contribuição como empresário, foi a uma agência do INSS para requerer sua aposentadoria. O INSS indeferiu a concessão do benefício justificando que ele já era beneficiário de pensão por morte. A respeito da situação, julgue o item.
- 90** Caso, posteriormente, o INSS conceda o benefício, judicial ou administrativamente, a renda mensal inicial do benefício de Fúlvio será de 80% do salário de benefício.

- 91** Um segurado, contribuinte do RGPS há 10 anos, caso seja acometido por Mal de Parkinson, terá direito a receber do INSS o benefício de aposentadoria por invalidez, cuja renda mensal corresponderá a 91% do salário de benefício.
- 92** Maria, casada, sofreu acidente de trabalho em 1º/02/2018 e ficou afastada da empresa onde trabalha por três meses, recebendo auxílio-doença até a data imediatamente anterior ao seu retorno, que ocorreu em 02/05/2018. Na data do acidente, o cônjuge de Maria tinha 44 anos de idade. Nessa situação hipotética, durante o afastamento por incapacidade temporária, a renda mensal inicial do benefício previdenciário recebido por Maria deve ter correspondido a 91% do salário de benefício.

A respeito do Regime Geral da Previdência Social e do custeio da Seguridade Social, julgue o item.

- 93** A renda mensal inicial do salário-maternidade para a segurada empregada corresponde à sua remuneração integral e será paga pela empresa, observada a compensação com o INSS.

Um operário de uma fábrica de produção de tintas apresentou crise aguda de cólica abdominal difusa e de forte intensidade, associada a dor nos membros inferiores e hipertensão arterial. Diante dessa situação, julgue item.

- 94** Se, após finalizar o seu tratamento, esse trabalhador permanecer com sequela que implique redução da capacidade para o trabalho que exercia, ele fará jus a auxílio-acidente correspondente a 50% de seu salário, devido a partir da data do diagnóstico da sequela definitiva até a véspera de sua aposentadoria.

Donald, casado com Almeirinda desde 10/01/2020, é segurado do Regime Geral de Previdência Social desde 20/07/1991, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 20/07/2021, dia do seu aniversário de 50 anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição. Considerando essa situação hipotética e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item que se segue.

- 95** Considerando-se o tempo de casados de Donald e Almeirinda, caso ele venha a falecer por qualquer motivo em junho de 2021, ela não terá direito a receber pensão por morte.

A respeito do regime geral da Previdência Social (RGPS), julgue o item, sem desconsiderar a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 96 Situação hipotética:** Viviane, que, por 12 meses, contribuiu para a Previdência Social e que era casada, havia quatro anos, com Romildo, de 45 anos de idade, faleceu após complicações decorrentes de uma cirurgia estética. **Assertiva:** nessa situação, Romildo terá direito a receber o benefício de pensão por morte em caráter vitalício.
- 97** Eliz, segurada aposentada da Previdência Social, faleceu há 37 dias. Exatamente no 35º dia após o seu óbito, César, seu dependente, requereu o benefício previdenciário da pensão por morte. Gizelda, segurada da Previdência Social, ainda não aposentada, faleceu há 121 dias. Exatamente no 96º dia após o seu falecimento, Cleyde, sua dependente, requereu o benefício previdenciário da pensão por morte. Nesses casos, nos termos da Lei n. 8.213/1991, o benefício previdenciário da pensão por morte será devido para César e para Cleyde, a contar da data do óbito e da data do requerimento, respectivamente.
- 98** De acordo com o disposto na Lei n. 8.213/1991, filho maior de 21 anos de idade que não tenha invalidez ou qualquer deficiência mantém a condição de dependente do segurado do RGPS até completar 24 anos, desde que seja estudante universitário.
- 99** A renda mensal inicial da aposentadoria por idade será de 60% do salário de benefício, mais 2% deste para cada ano de contribuição além do mínimo exigido, não podendo ultrapassar 100% do salário de benefício.
- 100** Layla, segurada do RGPS na condição de contribuinte individual, começou a receber o salário-maternidade. Pode-se afirmar que o valor do salário-maternidade consistirá em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses.
- 101** A aposentadoria por idade do segurado empregado, inclusive o doméstico, será devida a partir da data do desligamento do emprego quando requerida até esta data ou até 90 dias depois dela.
- 102** De acordo com uma das regras de transição previstas para o Regime Geral de Previdência Social (Reforma Previdenciária), um segurado que estava, na data da entrada em vigor da EC n. 103/2019, por exemplo, a três anos de se aposentar por tempo de contribuição, poderá cumprir um pedágio de 50% do período que faltava, conseguindo se aposentar com mais quatro anos e meio de contribuição.
- 103** Se um cidadão brasileiro domiciliado em Brasília for contratado para trabalhar como empregado em sucursal de empresa da Suíça com sede em São Paulo e constituída de acordo com as leis brasileiras, ele será considerado segurado contribuinte individual do RGPS.
- 104** A respeito do salário de contribuição, conforme previsto pela Lei n. 8.212/1991, pode-se afirmar que não integram esse salário os benefícios da Previdência Social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade.
- 105** A Lei n. 8.213/1991 instituiu benefícios aos segurados e seus dependentes, bem como requisitos para sua concessão, dentre eles a carência relacionada à quantidade mínima de contribuições, que, nos casos de aposentadoria por invalidez comum e aposentadoria por idade, para filiados, são respectivamente de 12 (meses) e de 180 (contribuições).
- 106** A doença ou lesão que o segurado já tinha ao se filiar ao regime geral não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- 107** Hamilton Neves, segurado do INSS, após sofrer um acidente, passou a receber auxílio-doença. Como as sequelas causadas pelo acidente implicaram a redução da sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, Hamilton Neves pleiteou o auxílio-acidente. Nesse caso, o auxílio será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido por Hamilton.
- 108** Magda encontra-se afastada de suas atividades laborais e recebe o auxílio-doença. Nessa situação, caso engravide e tenha um filho, ela poderá receber, ao mesmo tempo, o auxílio-doença e o salário-maternidade.
- 109** Ben Hur, filiado ao RGPS há mais de 10 anos, foi demitido do emprego em março de 2020, interrompendo o recolhimento das contribuições sociais. Nesse caso, ele manterá a qualidade de segurado até a readmissão em novo emprego, desde que esta ocorra no prazo de 48 meses.

Acerca da legislação sobre acidente de trabalho e doença profissional, julgue o item abaixo:

- 110** Em caso de morte por acidente de trabalho, a empresa deverá comunicar o fato à autoridade competente no primeiro dia útil após a emissão do atestado de óbito, sob pena de multa de um salário mínimo por dia de atraso, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

111 Considere que um indivíduo, antes de aderir ao Regime Geral de Previdência Social, estivesse enfermo de uma moléstia incapacitante para o trabalho. Nessa situação, se não tiver havido posterior progressão ou agravamento da enfermidade, essa doença não dará a esse indivíduo o direito de obter a aposentadoria por invalidez.

SEGURIDADE SOCIAL (LOAS)

Ravan Leão

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

112 Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, escolhidos pelo Presidente da República, têm mandato de 02 (dois) anos, permitidas reconduções por igual período.

113 O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são nomeados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela elaboração da Política Nacional de Assistência Social.

114 O CNAS tem caráter igualitário: metade dos seus membros são representantes governamentais, e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil.

Em relação aos recursos financeiros para a assistência social, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

115 O texto que dispõe sobre o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência não costa mais vigente na LOAS.

Julgue os próximos itens com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

116 O centro de referência de assistência social (CRAS) é uma unidade de base estadual e tem por finalidade atender adolescentes os quais se encontrem privados de liberdade em unidades socioeducativas.

117 A assistência social possui, dentre seus objetivos, a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

118 A Assistência Social se organiza por meio de um conjunto de serviços e programas realizados em ações de proteção social básica, ações de proteção social especial e ações de proteção social terciária, sendo essa última direcionada a pessoas em situação de violência.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

119 Situação hipotética: o CNAS, por decisão da maioria relativa de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei. **Assertiva:** nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a LOAS.

120 Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, instâncias executivas do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.



**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL**

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	C	C	C	E	C	C	C	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	C

Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	C	C	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	C

Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	E	E	C	C	C	C	C	C	C	E	E	E	E	E	C	C	E	C

Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	C	C	E	E	C	C	C	C	C	E	E	E	E	C	C	E	E	E

Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	E	C	C	E	E	C	E	E	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C

Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	E	C	C	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	E	E	E	E



QUEM

MUITO PRÁTICA MUITO APRENDE.

FIQUE ESPERTO! PRATIQUE O QUE AS BANCAS MAIS COBRAM E NÃO CAIA MAIS EM TRUQUES E PEGADINHAS.

Estude com questões inéditas e de provas anteriores, por tema, ano, banca, disciplina, órgão. Aprenda, de uma vez por todas, a dominar as bancas de concurso público, saiba o que elas mais cobram e em que costumam aplicar pegadinhas. Estude com o Gran Cursos Questões e conquiste sua aprovação.

Se você é Assinante, acesse pelo menu **QUESTÕES** na sua Área do Aluno. Se ainda não é Assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>.

Dê um up na sua preparação. Venha para o Gran Cursos Questões!

 **GRAN CURSOS**
QUESTÕES

CONHECIMENTOS BÁSICOS

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Kátia Lima

Julgue os itens abaixo sobre ética no serviço público, tendo como base os Decretos n. 1.171/1994 e 6.029/2007.

- 1 Deixar usuário dos serviços públicos à espera de atendimento e permitir que longas filas se formem pode ser considerado desvio ético, o que pode levar à penalidade de censura pela Comissão de Ética do Órgão.

Certo.

Permitir formação de filas e deixar o usuário à espera de atendimento constitui desvio ético e deve ser evitado, pois também gera dano moral ao usuário.

- 2 **Situação hipotética:** Fernando, Assistente Social do INSS, presenciou o Médico Perito tratar mal, de forma reiterada, os usuários de menor poder aquisitivo que procuravam atendimento. **Assertiva:** devido à natureza multidisciplinar do trabalho no INSS, é suficiente que Fernando chame atenção do Médico em particular, não havendo necessidade, do ponto de vista ético, de denunciar o profissional.

Errado.

Independentemente da natureza do trabalho, se individual ou em equipe, o servidor público que presenciar desvio ético deve denunciar essa conduta.

- 3 É defeso ao servidor do INSS desviar outro servidor da sua função para atender a interesse particular, mesmo em situações excepcionais e legais.

Certo.

Nem tudo que é legal é honesto ou moral. Desviar servidor para atender a interesse particular é desvio ético.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

Julgue os itens em relação ao entendimento do STF.

- 4 Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

Certo.

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia (Súmula 339/STF e Súmula Vinculante 37).

- 5 Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

Certo.

Súmula 686. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

Julgue os itens em relação aos direitos individuais.

- 6 É a todos assegurado, mediante o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Errado.

Independente do pagamento de taxas.

Art. 5º, XXXIV, da CF – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

- 7 São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

Certo.

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Julgue o item em relação aos direitos políticos.

- 8 O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Certo.

Art. 14, § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Julgue os itens em relação à Administração Pública.

- 9** As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Certo.

Art. 37, V, da CF – As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- 10** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Certo.

Art. 37, XII, da CF – Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Raphael Spere

A respeito da Administração Pública brasileira e do regime jurídico administrativo ao qual se acha submetida, julgue as assertivas a seguir.

- 11** O Ministério da Economia, unidade de atuação integrante da Administração Direta Federal, é considerado uma entidade.

Errado.

Ministérios em geral, como o citado na assertiva, são exemplos de órgãos, e não de entidades. Portanto, ao contrário de uma entidade, o Ministério da Economia não é uma pessoa jurídica, mas sim uma unidade de atuação despersonalizada.

Como consequência dessa natureza de órgão, o Ministério da Economia integra a estrutura de uma pessoa jurídica; no caso, a União. O exercício das competências a ele desconcentradas é imputado à União, segundo a teoria do órgão ou da imputação volitiva. Logo, o órgão (e seus agentes públicos) não “representa” a pessoa jurídica, mas sim a “presenta”.

- 12** Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, de modo que somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos estes como os relacionados ao funcionamento, à autonomia e à independência do órgão.

Certo.

Câmara Municipal é um órgão independente de um município, desprovido de personalidade jurídica, mas dotado de personalidade judiciária para atuar como parte em uma demanda judicial (capacidade processual – CPC, art. 70) em defesa de suas prerrogativas institucionais, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RO em MS n. 21.813/AP, Re. Ministro Felix Fischer, DJe 18/02/2008 e Súmula 525 do STJ).

- 13** A denominada descentralização por serviços, por meio da qual o Poder Público cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado, atribuindo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público, está sujeita ao princípio da reserva legal.

Certo.

A descentralização por serviços, também denominada técnica ou funcional, é responsável pela criação das entidades da Administração indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A criação dessas entidades (descentralização por serviços), na forma da CF/1988, art. 37, XIX, depende de lei específica. Com efeito, as entidades com personalidade de direito público serão criadas por lei específica, ao passo que as entidades com personalidade de direito privado serão autorizadas por lei específica. Daí se afirmar de maneira CORRETA na questão que a descentralização por serviços está sujeita ao princípio da reserva legal, porque é necessária, segundo a Constituição, lei ordinária para a criação ou autorização das entidades da Administração indireta.

- 14** A correlação entre os meios e fins, de modo a se evitar medidas excessivas, além das necessárias para a consecução dos resultados pretendidos de interesse público, refere-se ao princípio da proporcionalidade.

Certo.

A questão traz a lume o princípio da proporcionalidade, cujo conteúdo é explicado na Lei n. 9.784/1999, art. 2º, parágrafo único, VI.

Nos termos desse dispositivo, a Administração Pública, em seus processos administrativos, deverá manter a adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Julgue os itens subsecutivos a respeito das regras sobre responsabilidade civil extracontratual estatal.

- 15** A Constituição Federal define, em seu artigo 37, § 6º, o instituto da responsabilidade extracontratual objetiva às pessoas jurídicas de direito público interno e, com relação às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade subjetiva, facultando, em ambos os casos, ação de regresso em face do funcionário responsável pela ocorrência.

Errado.

A Constituição Federal, em seu art. 37, § 6º, estabelece a responsabilidade civil objetiva às pessoas jurídicas de direito público interno, como os entes federados e suas autarquias, bem como às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, como certas empresas públicas e sociedades de economia mista, ao contrário do afirmado na assertiva.

Por responsabilidade objetiva, entende-se que a obrigação de indenizar depende da existência de nexo de causalidade entre a conduta de um agente nessa qualidade e os danos que dessa conduta resultaram, independentemente de dolo ou culpa. Por seu turno, seria subjetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos se, além do nexo de causalidade, fosse necessário comprovar dolo ou culpa do agente público.

Por conseguinte, o item está INCORRETO.

- 16** A demanda regressiva da Administração Pública contra o agente público causador de danos a terceiro não se extingue no caso de falecimento desse, transmitindo-se a responsabilidade civil aos seus herdeiros, no limite da herança.

Certo.

Com efeito, nos termos da CF/1988, art. 5º, XLV, a obrigação de reparar os danos se estende aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Portanto, a morte do agente responsável pelos danos diretamente causados ao terceiro não tem o condão de extinguir o processo civil por meio do qual se apura a respectiva responsabilidade civil, porque seus sucessores (p. ex., seus filhos) respondem pelos danos causados, no limite da herança.

Para os servidores públicos civis federais, a Lei n. 8.112/1990 não deixa qualquer margem de dúvidas sobre o tema, reiterando, em seu art. 122, § 3º, todo esse entendimento, ao asseverar que a obrigação de reparar os danos se estende aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Consoante todo o explicado, constata-se que a assertiva está CORRETA.

- 17** No que concerne aos princípios aplicáveis aos processos administrativos federais, é correto afirmar que a instauração deles pode ocorrer de ofício, em atendimento ao princípio da oficialidade, ou a pedido do interessado, que, no entanto, no que diz respeito à instrução, está impedido de provar os fatos que alega, em respeito ao princípio do impulso oficial.

Errado.

Nos termos da Lei n. 9.784/1999, sem prejuízo da atuação dos interessados, os processos administrativos sofrem impulso de ofício (art. 2º, parágrafo único, XII), ou seja, a Administração não precisa ser provocada nem para instaurar o processo administrativo nem para a prática de seus atos integrativos.

Todavia, isso não pode prejudicar a participação ativa dos interessados no processo administrativo para elucidação dos fatos que nele são discutidos, especialmente quando deles possam decorrer sanções, limitações a direitos e liberdades, ou ainda, imposição ou agravamento de deveres. Trata-se da aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 2º).

Nessa linha, segundo o art. 36 do referido diploma legal, cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, devendo a Administração viabilizar a ele todos os meios jurídico-processuais lícitos para comprovar seus argumentos.

Portanto, o interessado NÃO estará impedido de provar os fatos que alega, conforme afirmado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Vânia Araújo

- 1 A Covid-19 mudou nossas vidas. Não estou falando aqui simplesmente da alteração da rotina nesses dias de isolamento, em que não podemos mais fazer caminhadas no Minhocão ou ir aos nossos bares e restaurantes preferidos. Sim, tudo isso
- 5 mudou nosso cotidiano – e muito. Mas o meu convite para você é para pensarmos nas mudanças mais profundas, naquelas transformações que devem moldar a realidade à nossa volta e, claro, as nossas vidas depois que o novo coronavírus baixar a bola. Por isso talvez seja melhor mudar o tempo
- 10 verbal da frase que abre este texto e dizer que o coronavírus vai mudar as nossas vidas. Mas como? Que cenários prováveis já começam a emergir e devem se impor no mundo pós-pandemia?

- 15 Entender que mundo novo é esse é importante para nos prepararmos para o que vem por aí. Porque uma coisa é certa: o mundo não será como antes, conforme nos alertou o biólogo Átila Iamarino. “O mundo mudou, e aquele mundo (de antes do coronavírus) não existe mais. A nossa vida vai mudar muito daqui para a frente, e alguém que tenta manter o
- 20 *status quo* de 2019 é alguém que ainda não aceitou essa nova realidade”, disse nesta entrevista para a BBC Brasil, Átila, que é doutor em microbiologia pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pela Universidade Yale. “Mudanças que o mundo levaria décadas para passar, que a gente levaria muito
- 25 tempo para implementar voluntariamente, a gente está tendo que implementar no susto, em questão de meses”, diz ele.

Ainda nessa linha, havia uma visão entre especialistas de que faltava um símbolo para o fim do século 20, uma época altamente marcada pela tecnologia. E esse marco é a pandemia do coronavírus, segundo a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, professora da Universidade de São Paulo e de Princeton, nos EUA, em entrevista ao Universa. [O historiador britânico Eric] Hobsbawm disse que o longo século 19 só terminou depois da Primeira Guerra Mundial [1914-1918]. Nós usamos o marcador de tempo: virou o século, tudo mudou. Mas não funciona assim, a experiência humana é que constrói o tempo. Ele tem razão, o longo século 19 terminou com a Primeira Guerra, com mortes, com a experiência do luto, mas também o que significou sobre a capacidade destrutiva. Acho que essa nossa pandemia marca o final do século 20, que foi o século da tecnologia. Nós tivemos um grande desenvolvimento tecnológico, mas agora a pandemia mostra esses limites”, diz Lilia.

Vários futuristas internacionais dizem que o coronavírus funciona como um acelerador de futuros. A pandemia antecipa mudanças que já estavam em curso, como o trabalho remoto, a educação a distância, a busca por sustentabilidade e a cobrança, por parte da sociedade, para que as empresas sejam mais responsáveis do ponto de vista social.

Outras mudanças estavam mais embrionárias e talvez não fossem tão perceptíveis ainda, mas agora ganham novo

sentido diante da revisão de valores provocada por uma crise sanitária sem precedentes para a nossa geração. Como exemplos, podemos citar o fortalecimento de valores como solidariedade e empatia, assim como o questionamento do modelo de sociedade baseado no consumismo e no lucro a qualquer custo. O ponto de partida é ter consciência de que os efeitos da pandemia devem durar quase dois anos, pois a Organização Mundial de Saúde calcula que sejam necessários pelo menos 18 meses para haver uma vacina contra o novo. Isso significa que os países devem alternar períodos de abertura e isolamento durante esse período.

Extraído de <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-13/como-o-coronavirus-vai-mudar-nossas-vidas-dez-tendencias-para-o-mundo-pos-pandemia.html>. 13 abr. 2020 (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 18** Ao propor a mudança do verbo “mudou” (l. 1) para “vai mudar” (l. 11), o autor quer destacar que a Covid-19 ainda não causou mudanças significativas na vida da sociedade.

Errado.

Ao propor a mudança do verbo “mudou” para “vai mudar”, o autor quer destacar que a Covid-19 já provocou muitas mudanças e vai provocar outras ainda mais significativas.

**QUER TER ACESSO
AO RESTANTE DAS
QUESTÕES COMENTADAS?**

SEJA NOSSO ALUNO

**ASSINATURA ILIMITADA
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
PARA SER APROVADO!**